

DELEUZE E A POLÍTICA DA LITERATURA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

DELEUZE AND THE POLITICS OF LITERATURE: SOME OBSERVATIONS

Antonio Paulo-Benatte*

RESUMO: Esta nota de leitura discorre brevemente sobre a concepção de literatura e política no pensamento do filósofo Gilles Deleuze. As noções de *linha de fuga* e *máquina de guerra* afirmam a literatura enquanto um *devenir minoritário* da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Política. Linguagem. Gilles Deleuze.

ABSTRACT: This commented reading briefly discusses the conception of literature and political thought of the philosopher Gilles Deleuze. The notions of *line of escape* and *war machine* state literature as *becoming a minority language*.

KEYWORDS: Literature. Politics. Language. Gilles Deleuze.

O que é a literatura? Muitas e diferentes respostas foram dadas a essa pergunta. Roland Barthes, por exemplo, definiu a literatura como “o grafo complexo de uma prática: a prática de escrever” (BARTHES, 1997, p.10). Mas em que consiste essa prática? O que os escritores fazem quando escrevem? Trata-se realmente de escrever? Que fluxos cruzam as linhas traçadas por um texto?

O filósofo Gilles Deleuze deu a esse questionário uma resposta bastante singular: escrever é *devenir*. A literatura (a chamada “grande literatura”) não é uma questão de

ser (ser autor, ser escritor), mas de *devenir*, de tornar-se outra coisa que não um escritor. Elogiando a superioridade da literatura anglo-americana – Hardy, Melville, Stevenson, Woolf, Wolfe, Lawrence, Fitzgerald, Miller, Kerouac – sobre a literatura europeia, Deleuze, na contracorrente da mitologia burguesa da escritura, concebe a literatura, muito prosaicamente, como um fluxo entre outros:

Escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio em relação aos demais, e que entra em relação

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002), professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na área de Teoria da História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG. E-mail: <apbenatti@ibest.com.br>.

de corrente, contracorrente, de redemoinho com outros fluxos, fluxos de merda, de esperma, de fala, de ação, de erotismo, de dinheiro, de política, etc. (DELEUZE, 1992, p.17).

A filosofia deleuziana constrói categorias para pensar a relação complexa da literatura com a subjetividade ou, o que dá no mesmo, com a vida. Contra o formalismo, estruturalista ou quejandos, afirma que o estilo de um escritor é antes uma questão de vida que de forma. Esse vitalismo nunca é individual, mas social, pois que o texto, produto imanente de uma prática, pode ser agenciado a outras práticas que atravessam e constituem o social, e com os quais um fluxo de escrita pode conectar-se, agenciar-se, “fazer rizoma”. Em Deleuze e Guattari, a noção de agenciamento suplanta os conceitos de estrutura, sistema, forma, etc. “Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.317).

O escritor, para Deleuze, não é propriamente um sujeito; é um inventor de agenciamentos, um contrabandista das multiplicidades: “O escritor inventa agenciamentos a partir de agenciamentos que o inventaram, ele faz passar uma multiplicidade para outra.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.65). Não é falar por ninguém ou no lugar de alguém: “Ao contrário, é preciso falar com, escrever com. Com o mundo, com uma porção de mundo, com pessoas. De modo algum uma conversa, mas uma conspiração, um choque de amor ou de ódio.” (Idem, p.65). Agenciar é simplesmente estar no meio de um mundo, nômade sem sair do

lugar. “Por que se escreve? É que não se trata de escritura. [...] Escrever não tem outra função: ser um fluxo que se conjuga com outros fluxos – todos os devires-minoritários do mundo”. (Idem, p.63).

A literatura não é o fruto sublime de um gênio transcendente, mas o produto histórico imanente de um agenciamento (coletivo) de enunciação. Para Deleuze, a literatura politicamente “efetiva”, como prática de luta, de combate, de resistência, está do lado das minorias. O escritor é tão somente uma minoria, em conexão com outras minorias. As minorias não são necessariamente numéricas, mas aquelas que, nas relações de poder, formam minoria (as mulheres, por exemplo, são uma minoria entre outras).

A escritura, claro, é uma obra de linguagem, um trabalho sobre a linguagem; mas uma língua não é ela mesma uma estrutura ou um sistema em equilíbrio. Uma língua é constituída por uma série de devires. A literatura (uma determinada literatura) faz (pode fazer) rizoma com os devires-minoritários da linguagem. Na medida em que agencia, foge dos códigos dominantes, que buscam capturá-la, domesticar sua aspereza selvagem. O exemplo de Kafka no gueto judeu de Praga: “Uma língua dominante (uma língua que opera num espaço nacional) pode ser localmente capturada num devir minoritário. Ela será qualificada de “devir menor”, como o dialeto alemão de Praga utilizado por Kafka.” (GUATTARI; ROLNIK, op.cit., p.317).

O devir do escritor não se confunde com a figura historicamente construída do autor. O autor, como mostrou Michel Foucault, é

uma invenção recente, um dispositivo de controle de uma nova ordem do discurso, e que anuncia o sistema literário da modernidade (FOUCAULT, 1992). Para a concepção deleuziana de escritura, trata-se justamente de confrontar esses controles, de criar o que chama *linhas de fuga*. “É possível que escrever esteja em uma relação essencial com as linhas de fuga. Escrever é traçar linhas de fuga...” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.56). Não é uma contradição (como na dialética hegeliano-marxista), mas uma linha de deriva, uma errância no sistema, e que aponta para fora do sistema ou para um sistema aberto, rizomático. Numa sociedade, diz, tudo foge: “uma sociedade, um campo social não se contradiz, mas ele foge, e isto é primeiro. Ele foge de antemão por todos os lados; as linhas de fuga é que são primeiras (mesmo que ‘primeiro’ não seja cronológico).” (DELEUZE, 1993, p.19). O filósofo reivindica a primazia ontológica, e não cronológica, das linhas de fuga. Mesmo que, na sequência, ela seja capturada, essas linhas têm, efetivamente, uma “espontaneidade rebelde”.

Experimentação ambígua a das linhas de fuga, e tanto mais perigosa quanto maior for sua potência de vida; pois:

O que nos diz que, sobre uma linha de fuga, não iremos reencontrar tudo aquilo de que fugimos? [...] Não se pode prever. Uma verdadeira ruptura pode se estender no tempo [...] ela deve ser continuamente protegida não apenas contra suas falsas aparências, mas também contra si mesma, e contra as reterritorializações que as espreitam. Por isso, de

um escritor a outro, ela salta como o que deve ser recommençado. (DELEUZE; PARNET, 1998, p.52-53).

Próximo da noção de *linha de fuga* está o conceito de *máquina de guerra*. A literatura é uma máquina de guerra que, numa errância nômade, pode conjugar-se a qualquer outra matéria social. A literatura é assim uma relação (real ou virtual) com todos os fluxos que constituem a sociedade. Ela foge ativamente dos aparelhos que bloqueiam e capturam as linhas de fuga, reterritorializando-as (no caso da escritura, transformando-a em mercadoria ou domesticando-a sob a forma rígida do cânone ou da obra de autor). A intensidade de um fluxo de escritura, força entre forças, conjuga-se às máquinas de guerra contra as potências estabelecidas; e mesmo que, na sequência, essa intensidade seja capturada e controlada, ela é, em sua finitude mesma, uma ruptura, ou uma série de rupturas, com os modos dominantes de produção da linguagem. A politização da prática literária implica, pois, que se pense o poder morando na linguagem, constituindo jogos de linguagem e sendo por eles constituído.

Escrever é traçar uma linha de fuga *dentro* da linguagem, mas buscando o *fora* da linguagem, sua exterioridade. Historicamente, uma língua dominante não se constitui e se institui senão por relações de poder. A política da literatura (de certa literatura) é rebelde em relação a toda (re)codificação, quer dizer, às tomadas de poder operantes na história da linguagem. Como devir minoritário, a literatura é sulcada no corpo mesmo da linguagem, trapaceando

com ela, fazendo-a deslocar-se. Afinal, toda obra de arte é uma ruptura, ainda que um experimento vital imperceptível, pois “Sobre as linhas de fuga, só pode haver uma coisa, a experimentação-vida.” (Idem, p.61) Uma linha de fuga não é capitulação covarde, evasão da vida ou recusa da ação; uma fuga é positiva e propositiva: ela é ação, quer dizer, produção de acontecimentos, mesmo que sejam acontecimentos imperceptíveis.

Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vaziar como se fura um cano. (Idem, p.49).

Surge, portanto, uma questão política: o que pode essa prática? Qual a potência da literatura contra os poderes do mundo? A resposta deleuziana é muito simples. Contra uma vida miserável, fascista, a literatura, quando consegue traçar uma verdadeira linha de fuga, conectando-se com uma máquina de guerra, ela converte-se em “programas de vida” ou “protocolos de experiência”. Torna-se ela mesma uma arma capaz de resistir e criar, porque, afinal, a única forma de resistência é a criação permanente de novas possibilidades de vida. Na medida em que a equação literatura = vida for uma equação efetiva, uma verdadeira traição aos aparelhos e códigos, a potência da vida atravessa a obra, tornando-a singularidade e diferença ativa. Por isso, a literatura está do lado do informe, do que ainda não tem uma forma e que, por vezes, é uma cesura, uma experiência-limite.

É evidente que o devir revolucionário do escritor não passa, necessariamente, pelo engajamento militante de sua pessoa civil ou pela tendência política de sua *oeuvre*. Não passa pela sua “ideologia” (para Deleuze, não existe ideologia porque uma sociedade não se define por suas contradições, mas por suas linhas de fuga, que são ontologicamente primeiras); a política da literatura pouco ou nada tem a ver com os “equivalentes de classe” ou os compromissos políticos de uma vanguarda artística. Barthes afirmou uma concepção semelhante: o escritor é tão somente “um senhor entre outros” (BARTHES, 1997, p.12). O radicalismo próprio da literatura opera na transversalidade. Os aparelhos do Estado, do capital, dos códigos, se constituem por captura das máquinas de guerra, mas uma máquina de guerra é sempre irreduzível a todos os aparelhos. Segundo o filósofo, seria necessário:

buscar um estatuto para as ‘máquinas de guerra’, que já não seriam definidas de modo algum pela guerra, mas por uma certa maneira de ocupar, de preencher o espaço-tempo, ou de inventar novos espaços-tempos. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12).

Quando um fluxo de escritura traça uma linha de fuga, de desterritorialização/dessubjetivação, ele entra numa relação com a exterioridade. Se toda fuga é uma espécie de delírio, a literatura é o delírio supremo da linguagem, febre ou incandescência do discurso, intensidade capaz de fazer a linguagem sair dos eixos, pirar, saltitar como um demônio em busca da segunda noite. Essa concepção de literatura libera os

impulsos experimentadores da linguagem. Não se trata de representar, significar ou interpretar, mas de experimentar. No limite (que é onde as coisas realmente acontecem), a equação literatura = vida implica, para o escritor, produzir a própria vida como obra de arte, quer dizer, singularidade e diferença ativas. Experimentação da linguagem e de si mesmo num processo de estetização da existência, a literatura torna-se assim uma espécie de cartografia do informe. Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari se valem de uma concepção geográfica da escritura para criticar as teorias da representação e da significação: “Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir.” (Idem, p.13) Daí essa noção vitalista, nietzschiana, de estilo: “O estilo, num grande escritor, é sempre também um estilo de vida, de nenhum modo algo pessoal, mas a invenção de uma possibilidade de vida, de um modo de existência.” (DELEUZE, 1992, p.126).

Ao cabo, essa concepção vitalista de literatura implica uma nova imagem do livro:

Um livro existe apenas pelo fora e no fora. Assim, sendo o próprio livro uma pequena máquina, que relação, por sua vez mensurável, esta máquina literária entretém com uma máquina de guerra, uma máquina de amor, uma máquina revolucionária, etc. – e com uma *máquina abstrata* que as arrasta. [...] a única questão, quando se escreve, é saber com que outra máquina a máquina literária pode estar ligada, e deve ser ligada, para funcionar. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12).

Ao inventar, ao experimentar novas possibilidades de vida, a literatura, como estilística da existência, remete necessariamente à ética e à política, pois, afinal, são os estilos de vida que nos constituem historicamente de um modo ou de outro. Criar, nesse contexto, significa, pois, estabelecer “uma relação consigo que nos permita resistir, furtar-nos, fazer a vida ou a morte voltarem-se contra o poder.” (DELEUZE, 1992, p.123). No limite trágico de uma linha de fuga, mesmo o silêncio, a solidão, o deserto, a loucura, o suicídio, fazem parte dos estilos de vida.

Para quem se depara pela primeira vez com a linguagem hermética do pós-estruturalismo e com as idiosincrasias do pensamento deleuziano, sua concepção de literatura pode parecer estranha, esquizofrênica, um pouco *down*. É, com efeito, um pensamento que desestabiliza nosso modo costumeiro de pensar. Mas, por isso mesmo, ela importa para o campo dos estudos literários e linguísticos, especialmente nos domínios da sociolinguística, da história da literatura e no estudo das relações entre literatura, indivíduo e sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Aula**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, v. 1.
- _____.; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. Desejo e prazer. **Cadernos de subjetividade**, São Paulo: PUC-SP, v. 1, n. 1, 1993.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Recebido para publicação em: 04 abr. 2012.

Aceito para publicação em: 31 ago 2012.